

NOTÍCIAS CNTV



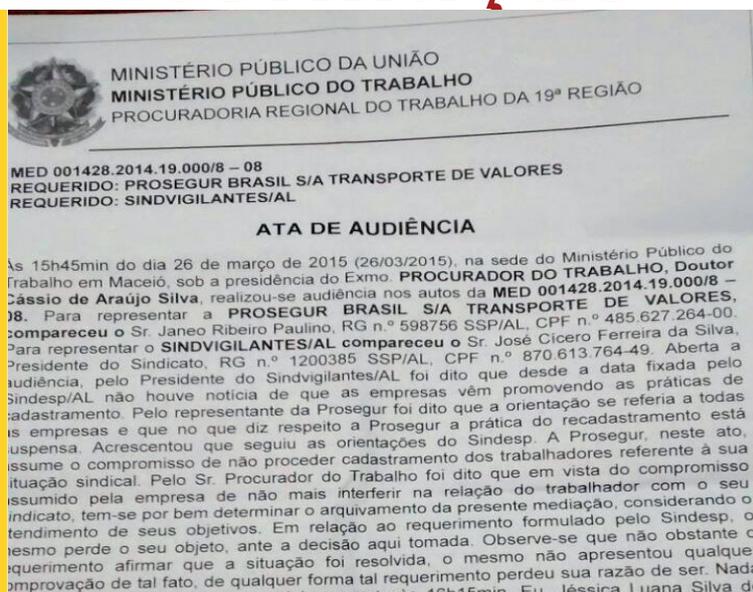
Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 30/03/2015 - Edição 1245

Em Alagoas, Prosegur assume compromisso de encerrar "campanha de desfiliação"



PROSEGUR



Caso a empresa reincida na prática antissindical, será autuada pelo MPT

A diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas compareceu, na última quinta-feira (26), à segunda audiência no Ministério Público do Trabalho (MPT) para tratar da postura antissindical da Prosegur. Entre novembro e dezembro de 2014, representantes da empresa passaram nos postos de trabalho recolhendo assinaturas para um termo que, na prática, era um pedido de desfiliação.

Não bastasse a violência promovida pela Prosegur na Colômbia e no Peru, em que os trabalhadores são constantemente ameaçados e coibidos, a empresa deu início aos ataques

contra o Sindicato alagoano. A "campanha" foi motivada, entre outros motivos, pela forte atuação do Sindicato contra a contratação de vigilantes horistas - que precariza as relações de trabalho e reduz o salário dos trabalhadores mensalistas.

Durante a audiência, o representante da Prosegur confirmou a denúncia do Sindicato e assumiu o compromisso, diante do procurador do trabalho, Cássio de Araújo Silva, de não proceder com a "campanha de desfiliação". Caso a empresa reincida na prática antissindical, será autuada pelo MPT.

Para o presidente do Sindicato

e de Assuntos de Transporte de Valores da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Cícero Ferreira, essa é mais uma vitória para os trabalhadores. "A Prosegur assumiu sua responsabilidade e, agora, esperamos que cumpra com o compromisso que firmou diante da justiça", destaca Ferreira.

Como a empresa se comprometeu a não interferir na relação do trabalhador com o seu Sindicato, o procurador determinou o arquivamento da mediação.

Fonte: CNTV

Calote do Estado e da VS Brasil deixa vigilantes sem salários e greve entra no 15º dia



A greve, que teve início no dia 16 de março, levou muitos manifestantes a protestarem em frente da sede do IML do Barreto

Os vigilantes da empresa VS Brasil que prestam serviços Instituto Médico-Legal (IML) de Niterói e São Gonçalo permanecem em greve cobrando o pagamento de salários atrasados. A paralisação já dura 15 dias e não tem previsão para acabar. A empresa alega que está há seis meses sem receber as faturas do governo do Estado e não tem como efetuar os pagamentos dos trabalhadores. O salário de fevereiro, o tíquete alimentação e o vale-transporte estão atrasados. Há casos em que o vigilante já gozou o período de férias e também não recebeu os valores correspondentes a um salário e o terço de férias. O Sindicato dos Vigilantes de Niterói, São Gonçalo e região (SVNIT) auxilia os trabalhadores na paralisação. A situação de alguns vigilantes é desesperadora quanto à falta de pagamento. Alguns se queixam de falta de condições para alimentar a família.

A greve, que teve início na segunda-feira (16), levou muitos manifestantes a protestarem em frente da sede do IML do Barreto. O problema não é apenas a falta do salário, mas também as condições de trabalho que são precárias, conforme denunciaram os vigilantes.

Em matéria publicada pelo jornal Extra de sexta-feira (27), um levantamento feito no Sistema de Acompanhamento Financeiro do Estado (Siafem) aponta que a dívida do estado é de R\$ 2,9 bilhões – sendo R\$ 1 bilhão com restos a pagar do ano passado e R\$ 1,9 bilhão com serviços já executados nos três primeiros meses deste ano, mas que ainda não foram pagos. O governo estima que a previsão do déficit de caixa até dezembro será de R\$ 13,5 bilhões e anunciou uma série de medidas para tapar o buraco, como o uso de R\$ 6,2 bilhões do Fundo de Depósito Judicial liberado pelo Tribunal de Justiça do Rio. A proposta que autoriza a utilização do recurso foi aprovada na Assembleia Legislativa (Alerj).

Na área de segurança, segundo o jornal, por exemplo, faltam recursos até mesmo para a alimentação de presos. O governo pagou um pouco mais da metade dos R\$ 27 milhões que deve a fornecedores. A inadimplência também tem prejudicado o atendimento nas delegacias. O pagamento às empresas de segurança afetam outros postos de trabalho como Detran, postos de vistorias etc.

O presidente do SVNIT e

secretário geral da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Cláudio José de Oliveira (Cláudio Vigilante), afirma que a postura do governo do Estado é irresponsável e prejudicial à classe trabalhadora, já que todos os gastos devem ser previstos no orçamento com receitas programadas.

“Não podemos aceitar que os trabalhadores paguem pela ineficiência da gestão do governo do estado. Muitos estão com problemas familiares, contas vencidas, luz sendo cortada, faltando comida na dispensa e, tenho a certeza que o governador e donos das empresas de segurança estão dormindo nas suas casas luxuosas com ar condicionado e servidos por uma boa comida. Não podemos aceitar essa inversão de valores. Quem trabalha tem que receber pelo serviço”, questiona Cláudio.

Cláudio Vigilante também condenou a falta de preparação da empresa.

“Sabemos que o momento que o país vive é de crise. No entanto, as empresas não se preocupam em se programar para eventualidades. Hora nenhuma os empresários pensam nos seus funcionários. Vamos manter a greve até que sejam regularizadas todas as pendências. O SVNIT dará todo apoio à paralisação e auxílio jurídico aos trabalhadores. Vamos ao Ministério Público do Trabalho denunciar a empresa e o Governo do Estado”, desabafa.

Em nota, o governador Luiz Fernando Pezão informou que o estado tem feito todos os esforços para regularizar a situação com seus fornecedores. Ele diz que em breve os prestadores de serviço terão uma definição mais clara sobre o cronograma de quitação dos débitos. “Os atuais

débitos com seus fornecedores refletem uma situação econômica extremamente difícil para o país e, especialmente, para o estado”,

informou Pezão, na nota. Ainda segundo o texto, a queda nos preços do barril do petróleo, a desaceleração do crescimento e a

crise da Petrobras estão afetando as finanças do estado.

Fonte: Svnit

Encontro de Mulheres da CUT destaca temas prioritários na luta por igualdade

Terminou neste domingo (29) o 8º Encontro Nacional de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores, em Brasília, Distrito Federal. O já histórico e também chamado “Encontro da Paridade”, teve início na sexta-feira (27) e reuniu durante três dias, mais de 600 sindicalistas CUTistas de todos os estados brasileiros, de diversas categorias e ramos de atividade econômica para discutir, além da paridade, temas como democratização do Estado, reforma política e democratização dos meios de comunicação, além de lutas históricas da pauta feminista, como a presença das mulheres no mercado de trabalho e a situação das mulheres negras.

Maria Betânia Ávila, do SOS Corpo e Amanda Villatoro, secretária de Política Sindical e Educação da Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), fizeram análise de conjuntura nacional e internacional em mesa coordenada pela secretária nacional de Relações de Trabalho, Graça Costa e pela presidenta da CUT Paraná, Regina Cruz.

O tema Paridade: por uma democracia sindical, foi debatido com as contribuições da secretária nacional da Mulher Trabalhadora, Rosane Silva, da secretária nacional de Saúde do Trabalhador e presidenta da Internacional de Serviços Públicos (ISP), Junéia Martins Batista, e de Clarissa Cunha, vice-presidenta do Partido dos Trabalhadores. A mesa teve a coordenação de Rosana Fernandes, da Executiva Nacional da CUT e Amélia Costa,



Mais de 600 sindicalistas CUTistas participaram do 8º Encontro Nacional de Mulheres. Fotos: Roberto Parizotti

presidenta da CUT Alagoas.

Junéia Martins ressaltou a importância da luta por equidade salarial entre homens e mulheres, enfatizando que este tema deve ser prioridade no movimento sindical. Junéia também chamou a atenção para a questão do empoderamento das mulheres no movimento sindical. “Devemos impor este debate dentro das entidades sindicais, afinal, estamos preparadas para assumir qualquer cargo no movimento sindical. Temos que estar unidas para esse enfrentamento”, conclamou.

Paridade

E por que paridade? Segundo a vice-presidenta do PT, Clarissa Cunha, para responder a esta pergunta é necessário entender o contexto histórico. “Vivemos em uma sociedade capitalista, machista, patriarcal e desigual. Por isso, a paridade deve ser entendida como um desafio e,

ao mesmo tempo, entender os obstáculos para fazermos um debate mais geral da sociedade também. A luta por reforma política, a lista com alternância de gênero nas eleições, por exemplo, colocam este debate da paridade também para a sociedade”, esclarece Clarissa.

“O debate da paridade precisa evidenciar que existe uma desigualdade tamanha na sociedade e, com a paridade, partimos de outro patamar dentro da sociedade, o da igualdade, que nunca existiu antes. E é esse investimento necessário para que possamos partir do mesmo patamar dentro da sociedade que nos fará ocupar cada vez mais espaços de decisão”, enfatiza Clarissa.

Rosane Silva reitera: “não queremos paridade como número apenas. Queremos condições objetivas para atuar no movimento sindical. E quando falamos em condições, estamos dizendo que

a CUT deve incorporar esta luta no seu dia a dia, porque essa não é uma luta só de mulheres, é uma luta da Central”.

Segundo Rosane, as mulheres representam mais de 50% da classe trabalhadora, mas em condições diferenciadas. Em pleno século 21, ainda há opressão em todos os espaços e no espaço do trabalho produtivo é onde ela mais persiste. Rosane destaca que o sindicato também deve ter o papel de reverter esse quadro. “Um sindicato e uma central sindical que pensa sua pauta política e de ação sem incorporar o tema da opressão às mulheres, não está representando toda a classe trabalhadora. O tema da igualdade salarial é tão importante quanto o aumento real de salário. Por isso, nós mulheres precisamos estar também nos espaços de negociação coletiva. É preciso preparar as mulheres para que elas possam estar na mesa de negociação”.

A secretária faz um desabafo e alerta: “Temos que provar todo dia que somos capazes, que conquistamos esse espaço por capacidade política. Mas, só vamos avançar e ter uma CUT de fato paritária, se estivermos unidas e solidárias. Se nos dividirmos, é o machismo que avança”.

Mercado de trabalho e situação das mulheres negras



Durante encontro, mulheres discutiram paridade, democratização do Estado, reforma política e democratização dos meios de comunicação

A secretária de Combate ao Racismo, Julia Nogueira e a presidenta da CUT Goiás, Bia de Lima, coordenaram mesa com as convidadas Sandra Mariano, coordenadora Nacional de Entidades Negras (CONEN), a economista Marilane Teixeira e Nalu Faria, da Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

Sandra apresentou dados importantes levantados pelo Conen, sobre a situação da população negra no Brasil. Segundo estudo, atualmente, pretos e pardos somam 50,7% dos brasileiros e ocupam em torno de 30% do funcionalismo brasileiro, são 17,6% dos médicos e menos de 30% dos professores universitários. Já entre os diplomatas apenas 5,9% são pretos e pardos.

O estudo também demonstra que a formalização tem crescido mais acentuadamente entre negros, mas ainda é baixa se comparada à taxa de formalização dos brancos.

Os índices mostram melhorias, apesar de ainda expressivas diferenças de rendimento, estrutura ocupacional, formalização, rotatividade e desemprego entre negros e brancos, o que atinge especialmente as mulheres negras.

Segundo dados do PNAD/IBGE 2013, no Brasil são 37 milhões de mulheres a serem

inseridas no mercado de trabalho. Marilane Teixeira analisa que para reverter esse quadro será necessário uma mudança no sistema produtivo. “A redução da jornada de trabalho é central pra mulheres. Reduzir a jornada é garantir que no futuro mais mulheres possam se inserir no mercado de trabalho”, diz.

Rendimentos – Segundo Marilane, há poucas alterações em relação aos rendimentos. As mulheres negras foram favorecidas pela valorização do salário mínimo, que permitiu que houvesse um processo em que, na base da pirâmide salarial, os salários de homens e mulheres se aproximaram, mas no topo, se distanciaram. Para a pesquisadora, isso também é reflexo da diminuição do peso na indústria e no crescimento no comércio e serviço no mercado de trabalho.

“As mulheres são mais escolarizadas em todas as faixas. Mesmo escolarizada, elas ganham menos que o homem e para atividades menos qualificadas. Nos últimos dez anos mais de 25 milhões de mulheres estavam concentradas em 27 ocupações com renda média em torno de 1.000 reais. Enquanto os homens tinham um rendimento médio de 1.500 reais. Por isso, temos que discutir a estrutura produtiva, repensar a estrutura de produção”.

Resoluções

As delegadas trabalharam em grupo, discutindo temas a serem levados aos CECUTs e ao CONCUT (congressos estaduais e nacional da CUT) e aprovaram resolução, que inclui a defesa da Petrobrás, Reforma Política e Democratização da Comunicação. Confira abaixo as principais resoluções do 8º Encontro Nacional de Mulheres da CUT

- Sensibilização das direções dos ramos e sindicatos sobre a paridade
- Mapeamento da quantidade de mulheres na CUT
- Cursos de formação para

mulheres
- Paridade nas delegações em todos os fóruns da CUT
- Secretarias de Mulheres das Estaduais devem participar da coordenação dos CECUTs
- Formação sobre o tema, para poder viabilizar a discussão de gênero nos sindicatos CUTista -

com envolvimento de homens e mulheres
- Lutar por creche nos sindicatos e nas mesas de negociação
- Pensar uma política de enfrentamento contra o assédio moral e sexual no movimento sindical e no trabalho
- Formação sindical - estruturar

curso de formação na CUT sobre a luta feminista, abordando a luta das mulheres na CUT, com recorte racial.
- Implementação do Plano Nacional de Saúde Integral da Mulher

Fonte: CUT



Elenilde Ilorca (dir.), secretária de Assuntos das Mulheres da CNTV e Alzaina Souza, 2ª secretária Jurídica do Sindesv-DF

Fala CNTV

A secretária de Assunto das Mulheres da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Elenilde Ilorca, participou das atividades do Encontro de Mulheres da CUT, realizado em Brasília entre os dias 27 e 29.

De acordo com Elenilde, o encontro foi vitorioso, tendo em vista que as companheiras demonstraram como se constrói um sindicalismo combativo, socialista e feminista, lutando por igualdade, liberdade e autonomia.

“Estamos em luta para garantir nosso direito de ocupar todos os espaços, inclusive o sindical. Quando se trata da categoria de vigilantes, fica claro que o número de homens é bem maior, mas queremos igualdade, paridade e respeito às guerreiras de farda”, afirmou Elenilde.

Fonte: CNTV

VIGILANTE PISO NACIONAL 3 MIL REAIS



CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES



CUT BRASIL

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico: Anibal Bispo
Diagramação: Joanna Alves



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF